

Memorando

Sobre as Comissões de Braille

Recorrendo a "APLICAÇÃO DO BRAILLE À GRAFIA CIENTÍFICA - O ESTUDO DE CIÊNCIAS POR DEFICIENTES VISUAIS", de lá extraímos dois parágrafos que claramente nos elucidam acerca dos antecedentes da entidade que ao longo de três décadas e meia veio sofrendo modificações significativas tanto na nomenclatura como no seu conteúdo estrutural e funcional, parágrafos que assim memorizam o gérmen de uma Autoridade Braille sempre desejada e nunca conseguida:

3. Primeiro código braille matemático

Até meados da década de 60-70 nada fora feito em Portugal sobre códigos matemáticos. Ora, na sua ausência, e perante a disseminação de exames em diversos liceus do País, não era possível - mas tornava-se inadiável – a preparação, com carácter nacional, de pontos de exame em braille.

A Imprensa Braille, instalada desde 1956 no Instituto S. Manuel, no Porto, queria colaborar na resolução deste problema. Assim, numa conjugação de boas vontades, foi criada uma Comissão Especial, expressamente nomeada para o efeito, cujo objectivo bem definido era elaborar uma Grafia Matemática provisória, visando permitir, a nível nacional, a fácil compreensão, pelos alunos, dos Pontos de Exame. Tinha-se consciência das dúvidas que poderiam surgir na interpretação de sinais, já que não havia uniformização, nem sequer ao nível do Ensino, mas... era preciso começar! Como corolário deste esforço, utilizando um código matemático provisório, preparado com base na mencionada grafia francesa, os pontos de exame foram impressos em braille em 1965.

4. Autoridade Braillológica

Neste panorama, para dar sequência aos trabalhos da aludida Comissão Especial, e com a noção de que o Braille precisava de acompanhamento mais regular, foi criada, por Despacho Ministerial de 18 de Abril de 1966, no âmbito do Instituto de Assistência aos Menores, a "Comissão Permanente de Braille", que foi forçada a cessar funções, por asfixia financeira, com o 25 de Abril de 1974. As verbas para o seu funcionamento dependia de Despacho anual.

Esta Comissão, absorvida por diversos problemas relacionados com o Braille, em que avultavam a Grafia Básica e o ensino da Estenografia, não pôde ocupar-se das Ciências. A Matemática, pela parte que lhe tocava, tinha recebido um bom avanço, razão por que apenas viu aprovada, com alguns ajustamentos, a edição de 1967 da "Grafia Matemática Braille". Por sua vez, a Química, devido aos débeis conhecimentos sobre a matéria por parte dos seus membros e colaboradores, ficou a aguardar melhor oportunidade.

1ª Comissão

A Comissão Permanente de Braille foi constituída por José Ferreira de Albuquerque e Castro, José Joaquim da Silva Baptista e Orlando de Jesus Monteiro, sendo sua Secretária Pilar Ribas de Albuquerque e Castro.

Falecendo Albuquerque e Castro a 15 de Abril de 1967, houve a necessidade de se proceder ao reajustamento da Comissão, passando a integrá-la Fernando Silva e Vítor Manuel Perfeito Bordalo Coelho bem como a Secretária da mesma, que adquiriu a qualidade de membro efectivo, tornando-se par dos restantes elementos.

Como acima foi referido, esta 1ª Comissão veio a soçobrar com a “Revolução dos Cravos”, porque, em atmosfera caótica do “PREC” nenhuma Entidade Governativa assumiu a publicação do despacho regulamentar.

2ª Comissão

Somente depois de 10 anos decorridos, com publicação a 21 de Março de 1984, foi criada uma 2ª Comissão de Braille, vigente por 6 anos, que fora, numa primeira fase, constituída por Orlando de Jesus Monteiro, Fernando da Silva, Filipe Pereira Oliva, José António Lage Salgado Baptista, Rogério Gomes Carpentier, Rosa Braga e Vítor Bordalo Coelho e, numa segunda, devido ao pedido de demissão apresentada por Rosa Braga, que nunca havia comparecido, esta fora substituída por José Joaquim da Silva Baptista.

Estando a Comissão em plena actividade em 1989, ano em que o Secretário Nacional do SNR, Dr. Fouto Pólvora, criara o Núcleo de Braille, estrutura de apoio e complementarização da mesma, foram os seus membros surpreendidos pelo novo Secretário Nacional do SNR, Drª Guida Faria, que logo no início do seu mandato manifestara posição adversa à continuidade da Comissão sob a égide deste Secretariado, facto que em Abril de 1990 impediu a Comissão de funcionar no SNR, passando esta a ser tutelada pela ACAPO, com encargo financeiro do SNR, até à sua extinção, em 1993, tendo concluído os trabalhos em curso, que foram publicados nos dois últimos anos em exercício.

3ª Comissão

Com publicação a 6 de Outubro de 1997, foi criada uma 3ª Comissão de Braille, com vigência de 4 anos a partir da tomada de posse, a qual, no entanto, só foi ultimada a 1 de Junho de 1999, depois de anulados conflitos gerados entre o Secretário Nacional e os elementos integrantes da mesma.

Foi esta constituída por Orlando de Jesus Monteiro, José Manuel Saraiva Valentim, Filipe Pereira Oliva, Fernando José Abreu Matos, Vítor Rapoula Reino, Filomena Pereira (titular do do Ministério da Educação que desde 1999 se fez substituir por Ana Cristina de Oliveira Romão Miguel), Augusto Deodato Guerreiro e Maria Helena Guerreiro Cabrita, ambos indigitados pelo Secretário Nacional, em desrespeito pela decisão dos Comissários por direito os quais, embora protelando a Tomada de Posse, insistiram na decisão inicial, facto que determinou a incorporação de Vítor Bordalo Coelho e José António Lage Salgado Baptista.

Em Outubro de 2000, porém, Fernando Matos (representante da ACAPO) foi substituído por Carlos Manuel dos Santos Ferreira que fora nomeado pela nova Direcção desta associação e em 2001, devido ao pedido de demissão de José Salgado Baptista, esta Comissão veio a cessar funções em Dezembro de 2003, sem que se tenha procedido à sua substituição.

4ª Comissão

Pelo Despacho 12966/2009, de 2 de Junho, dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura foi constituído, o Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura, que funciona no âmbito do INR, IP., com o objectivo de garantir a qualidade da concepção, uso, aplicação, modalidades de produção

e ensino do sistema braille e meios complementares de leitura para pessoas cegas ou amblíopes bem como a avaliação e controlo do sistema Braille e dos meios complementares de leitura.

Apesar de claramente estar explícito no Despacho que no prazo máximo de 30 dias após a publicação deste no Diário da República, os representantes dos Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura são indicados ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. e os restantes representantes são designados pelo director do mesmo, este prazo foi largamente excedido, vindo a realizar-se a primeira reunião de trabalho no INR, IP, somente no dia 19 de Março de 2010, com a presença de

Dr.^a. Angelina Antunes, em substituição da Dr.^a. Filomena Pereira (Ministério da Educação),

Dr. Jorge Fernandes (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior),

Dr. Isidro Rodrigues (Ministério da Cultura),

Dr. José Guerra (ACAPO),

Dr. José Madeira Serôdio (INR, IP - Coordenador),

Dr. Adalberto Fernandes, Dr.^a Maria de São José, Dr. Miguel Ferro (INR, IP – coadjuvantes técnicos e administrativos).

Ainda em 2010, a constituição do NBMCL, embora já completa com a nomeação da Dr.^a Alice Ribeiro, o Doutor Augusto Guerreiro e o Mestre Seráfim Queiroz, foi modificada com a substituição da Dr.^a Angelina Antunes pela Dr.^a Cristina Miguel e a do Dr. José Guerra pelo Dr. Fernando Matos. Em 2011 assistiu-se a uma nova modificação. Desta vez foi o Dr. José Madeira Serôdio que, por motivo de ter assumido a Direcção do INR, IP, nomeou a Dr.^a Celina Sol, que se tornou Coordenadora do NBMCL, com a publicação do Despacho nº 12966/2009, de 2 de Junho.

Nota final:

Transcorridos 2010 e 2011, a composição do NBMCL, por força da mudança governamental decorrente do acto eleitoral recente, retorna à situação da sua quase permanente instabilidade.

Lisboa, 2011-11-25

Isidro E. Rodrigues